



COLEÇÃO PROINFANTIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ministério da Educação
Secretaria de Educação a Distância
Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil



COLEÇÃO PROINFANTIL

MÓDULO 1

UNIDADE 7

LIVRO DE ESTUDO - VOL. 2

Karina Rizek Lopes (Org.)
Roseana Pereira Mendes (Org.)
Vitória Líbia Barreto de Faria (Org.)

Brasília 2005

Ficha Catalográfica – Maria Aparecida Duarte – CRB 6/1047

L788 Livro de estudo / Karina Rizek Lopes, Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria, organizadoras. – Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.
36p. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 7)

1. Educação de crianças. 2. Programa de Formação de Professores de Educação Infantil. I. Lopes, Karina Rizek. II. Mendes, Roseana Pereira. III. Faria, Vitória Líbia Barreto de.

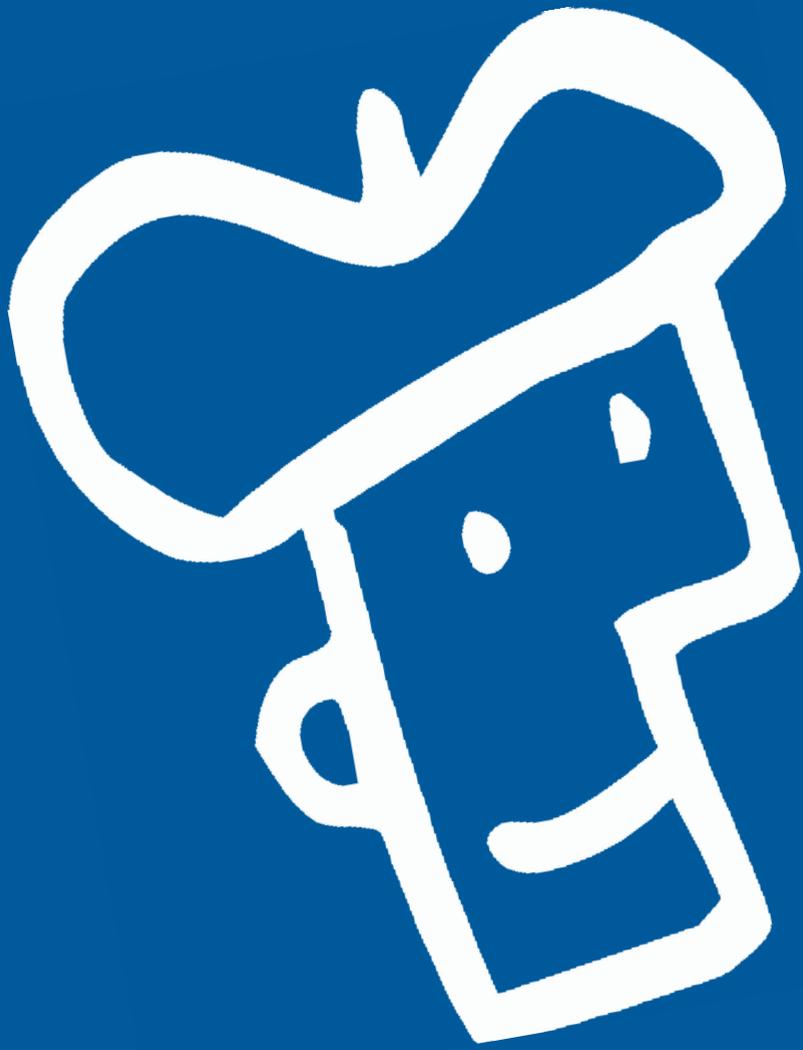
CDD: 372.2

CDU: 372.4

MÓDULO 1

UNIDADE 7

LIVRO DE ESTUDO - VOL. 2



SUMÁRIO

ESTUDO DE TEMAS ESPECÍFICOS 8

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

RELAÇÕES RACIAIS, DE CLASSE E GÊNERO NA

EDUCAÇÃO INFANTIL..... 9

Seção 1 – Raça, gênero e classe: elementos conceituais básicos... 11

Seção 2 – Desigualdade social no Brasil..... 19

Seção 3 – Desigualdades sociais, crianças de 0 a 6 anos
e Educação Infantil 26

Seção 4 – Os desafios de uma Educação Infantil igualitária..... 30

ESTUDO DE TEMAS ESPECÍFICOS



FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO RELAÇÕES RACIAIS, DE CLASSE E GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*A porta principal, esta é que abre
sem fechadura e gesto.
Abre para o imenso.
Vai-me empurrando e revelando
o que não sei de mim e está nos Outros.*

Carlos Drummond de Andrade¹



¹ Carlos Drummond de Andrade, poeta mineiro, nascido em 1902, escreveu a poesia *A Chave*, que tem alguns versos transcritos nesta epígrafe. ANDRADE, Carlos Drummond. *A Chave IO Corpo*/ 1985, p. 65.

ABRINDO NOSSO DIÁLOGO

Prezado(a) professor(a),

Neste módulo, você esteve em contato com várias questões referentes à Educação Infantil: seu contexto histórico, suas finalidades, seu embasamento legal, os(as) profissionais que nela atuam, sua inserção nas políticas para a infância e para a família. Chegamos à penúltima unidade e vamos tratar de um tema complexo e forte: o tema das relações sociais.

A Constituição Brasileira reconhece a todos cidadãos(ãs) brasileiros(as) direitos sociais que, se respeitados, possibilitariam para cada brasileiro(a) uma expectativa de vida longa, com assistência à saúde adequada, tendo sua fome saciada, vivendo de forma digna, freqüentando escolas de qualidade que lhe dessem acesso à cultura e ao conhecimento acumulado pela humanidade, podendo ter um trabalho que lhe garantisse um salário (ou renda) digno, divertir-se nos momentos de lazer etc.

Porém, esta é uma experiência que poucos(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as) conhecem, pois nosso país apresenta desigualdades sociais muito fortes. Vivemos um momento no Brasil que nos parece difícil: o crescente estado de miséria, as disparidades sociais, a alta concentração de renda, os salários baixos, a desnutrição, os altos índices de mortalidade, a marginalidade, a violência, enfim, uma população sem acesso a bens materiais primários, são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil. Temos dificuldade de compreender esse tempo porque, na realidade não nos reconhecemos nele.

É preciso otimismo para superar essa situação. Neste sentido, a escola tem um papel fundamental como um espaço onde possamos conviver com a diferença (reconhecer o outro), educar para relacionar-se com o outro, estabelecendo diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, pois é no contato com os outros que cada cultura e cada indivíduo confirma e enriquece sua própria identidade.

Dentre as muitas questões envolvidas nas relações sociais, destacamos três para estudar nesta unidade: as relações de classe, gênero e raça.

DEFININDO NOSSO PONTO DE CHEGADA

Os objetivos específicos desta unidade são:

- 1. Familiarizar-se com os conceitos raça, classe e gênero.*
- 2. Informar-se sobre as desigualdades sociais brasileiras tanto na distribuição de renda quanto no acesso às políticas públicas.*

3. *Desenvolver sensibilidade para apreender processos de discriminação social.*

4. *Encontrar estratégias para superar desigualdades sociais.*

CONSTRUINDO NOSSA APRENDIZAGEM

Seção 1 – Raça, gênero e classe: elementos conceituais básicos

OBJETIVO A SER ALCANÇADO NESTA SEÇÃO:

- FAMILIARIZAR-SE COM OS CONCEITOS RAÇA, CLASSE E GÊNERO.

Andando pelas ruas de qualquer cidade, podemos perceber uma grande diversidade nas pessoas: podem ser adultos jovens ou crianças; de estatura alta ou mediana; vestindo e calçando diferentes estilos; brancas ou negras; homens ou mulheres.

ATIVIDADE 1

Essa diversidade pode ser constatada nos diferentes contextos que perpassam a nossa vida (trabalho, comunidade, família). Olhando ao seu redor, o que você poderia perceber dentro desse universo de diversidades com o qual você convive? Será que você percebe as mesmas coisas que outras pessoas? Você pode fazer anotações no seu caderno e compará-las com as de seu grupo de estudo no encontro quinzenal.

A algumas dessas diferenças atribuímos valores que expressam julgamentos: por exemplo, o modo de falar considerado correto (língua culta) ou considerado incorreto, ser vendedor ambulante na rua ou proprietário de loja etc. Todas essas diferenças, e outras mais que veremos adiante, são valorizadas, hierarquizadas, indicam posição de prestígio ou desprestígio.

Muito do que percebemos tem sua origem nas diferenças de gênero e raça, e outras nas diferenças sociais e culturais, mas também na desigualdade que nos cerca.

ATIVIDADE 2

Na música Morro Velho, de Milton Nascimento, o que aparece como diferença e o que podemos perceber como desigualdade?



Morro Velho

[...]

Filho do branco e do preto

Correndo pela estrada atrás de passarinho

Pela plantação adentro, crescendo os dois meninos

Sempre pequeninos

Peixe bom dá no riacho de água tão limpinha, dá pro fundo ver

Orgulhoso camarada, conta história prá moçada

Filho do senhor vai embora, tempo de estudos na cidade grande

Parte, tem os olhos tristes, deixando o companheiro na estação distante

Não esqueça, amigo, eu vou voltar

Some longe o trenzinho ao deus-dará

Quando volta já é outro

Trouxe até sinhá mocinha prá apresentar

Linda como a luz da lua que em lugar nenhum rebrilha como lá

Já tem nome de doutor, e agora na fazenda é quem vai mandar

E seu velho camarada, já não brinca mais, trabalha.



A partir do que nos caracteriza enquanto diversidade social e cultural, é fundamental o estabelecimento de relações que não separem nem estabeleçam hierarquias. Relacionar-se com o outro que é diferente nos enriquece, pessoal e coletivamente na nossa humanidade, nas nossas identidades. Enriquece a nossa maneira de ver o mundo e a sociedade em que vivemos.

No entanto, nossas sociedades têm uma história marcada pela negação do outro, muitas vezes escravizado e massacrado, mas que permanece resistindo e afirmando sua identidade. É o caso dos negros sofrendo séculos de escravidão ou das mulheres lutando pelos seus direitos como cidadãos. Para compreender melhor, vamos ver esses dois conceitos mais de perto: gênero e raça.

Gênero

Gênero é um conceito que foi introduzido recentemente nas ciências humanas e sociais com o sentido de se referir a atributos associados ao masculino e ao feminino, a homens e a mulheres. Isto é, este conceito veio substituir o termo anteriormente usado – que era sexo. Assim, quando se queria mostrar que as mulheres eram discriminadas no mercado de trabalho porque recebem, em média, salário inferior ao dos homens, falava-se em diferença sexual no mercado de trabalho.

Porém, o termo sexo tem uma conotação biológica, associada a diferenças naturais. E esta associação a diferenças biológicas é bastante complicada, pois as pessoas podem pensar que se o atributo é dado pela natureza, ele é imutável, permanente, eterno enquanto durar a natureza. E essa idéia constitui um freio para a mudança social. O movimento feminista, o movimento de mulheres brasileiro e internacional, tem procurado, justamente, contrapor-se à idéia de que o destino social e psicológico de homens e mulheres seja dado pela natureza, pelo fato de que a constituição biológica é diferente. Ou seja, a dominação social não se justifica por nenhuma diferença biológica entre homens e mulheres.

Nas sociedades ocidentais, o gênero, isto é, o masculino e o feminino, constitui uma forma de estratificação social, ou seja: de um modo geral, os homens, ou o masculino, têm maior poder, prestígio e riqueza que as mulheres ou o feminino. No Brasil, a caminhada das mulheres para saírem da condição de subordinação vem sendo longa. As mulheres não tinham direito a freqüentar escola, a votar, a trabalhar fora de casa, a sair de casa sozinha, a escolher o parceiro amoroso e sexual, a decidir quantos filhos queriam ter, a parir sem dor e muitos outros tipos de discriminação.

“Todas as sociedades organizam seus membros em termos de superioridade, inferioridade e igualdade. Essa escala vertical de avaliação, esse colocar as pessoas em estratos relativamente estáveis e duradouros, chama-se estratificação. Aqueles que ocupam o estrato superior têm mais poder, privilégio e prestígio que os que estão embaixo, e cada estrato sucessivo tem menos destes atributos (poder, privilégio, prestígio) que o estrato imediatamente superior.”

(Biesanz e Biesanz, 1964, p. 165)

Gradativamente, as mulheres foram ampliando seus direitos e ganhando maior poder na sociedade. Mas, ainda hoje, sofrem muitas discriminações apenas por serem mulheres. Apesar de as mulheres terem conquistado espaço na vida pública (estudar, trabalhar, votar e ser votada etc.), ainda são a principal ou a exclusiva responsável pelo cuidado diário dos filhos. Se, no plano afetivo, a maternidade é uma das experiências humanas mais intensas, ela continua sendo pouco valorizada socialmente e sendo da responsabilidade quase que exclusiva das mulheres.

Apesar de terem atingido níveis de escolaridade superiores aos dos homens, as mulheres são discriminadas no mercado de trabalho. As mulheres, no Brasil, continuam desempenhando um número restrito de ocupações e recebem, em média, salários inferiores aos dos homens, pois estas ocupações são desvalorizadas. Uma das ocupações mais freqüentemente exercida pelas mulheres é o magistério. As mulheres são maioria absoluta como professoras de Educação Infantil e Ensino

Fundamental. Lidar com crianças, especialmente as pequenas, é considerada uma atividade “naturalmente” feminina, “instintiva” nas mulheres, ou seja, atividades para as quais não se precisaria de formação específica. É por isto, pelo preconceito em relação às mulheres, que a legislação brasileira levou tanto tempo para regulamentar como profissão a função de educar e cuidar de crianças pequenas em creches e pré-escolas. Se alcançamos um avanço desde a LDB, ainda percebemos a discriminação contra esta atividade associada ao feminino: a Educação Infantil é o nível educacional que recebe menor investimento público, cujas(os) profissionais recebem os menores salários e onde se encontra o menor número de homens.

ATIVIDADE 3

Na escola em que você trabalha, tem algum professor na Educação Infantil? Você já conversou com ele sobre o que significa trabalhar com a criança de 0 a 6 anos? Ou ainda, você pode ser homem e estar fazendo este curso do PROINFANTIL, que se dirige a um público basicamente feminino. Como você se sente fazendo parte desse universo?

Como as pessoas da sua escola veriam a entrada de professores homens no berçário? Como as famílias reagiriam? Por quê? Anote suas idéias, observações e discussões para compartilhá-las com o grupo no encontro quinzenal.

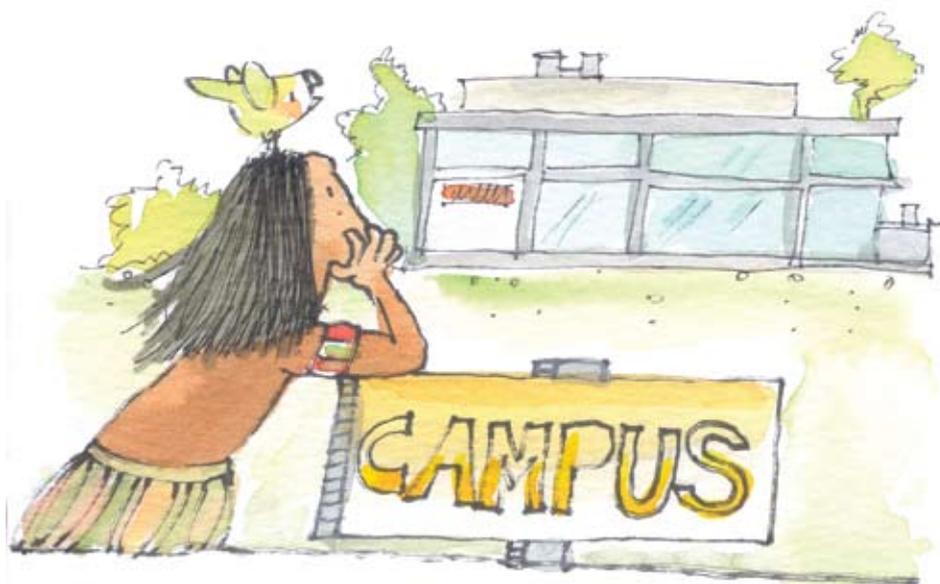
Raça

Raça é um termo que entrou no vocabulário das línguas ocidentais no século XVIII com um significado biológico, apoiando a dominação de brancos europeus sobre povos colonizados. Em seu sentido biológico, usado para a espécie humana, significa um grande grupo de pessoas que se diferenciam de outros grupos por suas características físicas e hereditárias que não se restringiriam à cor da pele, conformação do rosto, cabelo etc., mas também a atributos psíquicos, morais e sociais. Assim, a partir do século XVIII, criaram-se teorias, denominadas racismo científico, que propagavam a superioridade da raça branca sobre as demais. Estas teorias racistas foram também adotadas no Brasil no século XIX e início do século XX.

Essas teorias foram profundamente questionadas, porque não existem raças humanas puras, em decorrência da intensa miscigenação na história da humanidade – questionamento que foi ainda mais reforçado após a descoberta dos métodos da genética contemporânea de análise do DNA.

Ocorre, porém, que, apesar de banido do mundo científico, este conceito de raça, com algumas modificações, passou a ser incorporado pelo senso comum, e a ser usado como um dos marcadores de classificação social. Por isso, vários cientistas sociais consideram que não se deve banir o termo (ele permanece no vocabulário), mas alterar seu significado: “raças não são coisas reais que a humanidade descobriu, mas classificações que a humanidade produziu” (Berry) e que ainda usa para justificar desigualdades sociais. Como gênero, a noção de raça é uma construção social, histórica. Quando essa noção de raça sustenta e justifica desigualdades sociais, materiais e simbólicas, estamos diante de manifestações racistas. Ou seja, uma sociedade é racista quando sua pirâmide social se organiza, também, em desigualdades atribuídas à raça, quando ela é estratificada racialmente. No Brasil, o topo da pirâmide de riqueza, prestígio e poder é ocupado por brancos. Portanto, o racismo não precisa ser sustentado por pessoas racistas, pois pode ser sustentado por instituições sociais. Isso abre perspectivas para combater-se o racismo, pois poucas pessoas aceitam, hoje, de bom grado, serem consideradas racistas. Para muitos brasileiros, ser racista seria apenas expressar hostilidade racial.

A discriminação racial é constitutiva da sociedade brasileira, tanto no plano simbólico quanto material. Ser branco, loiro, de olhos azuis, de origem europeia ou norte-americana é valorizado como bonito, bom, valioso, desejado. Contam-se piadas, utilizam-se palavras e ditados que tratam negros e indígenas como feios, pouco inteligentes, irracionais, desonestos. Teatro, cinema, televisão e literatura preferem historicamente personagens brancos. Poderemos enumerar muitas situações em que negros e indígenas ocupam posições sociais desiguais. Por exemplo, só muito recentemente se discutem propostas que possibilitem aos índios começarem a frequentar universidade no Brasil.



Estima-se, no Brasil, que entre 350.000 e 500.000 índios residam em terras indígenas. São conhecidos 219 diferentes povos indígenas falantes de 180 línguas diferentes. Temos hoje, segundo o Censo Demográfico, 739 mil indígenas no Brasil. Características Gerais da População/IBGE/2000. (www.ibge.gov.br)

A Constituição de 1988 ampliou os direitos específicos aos indígenas, assegurando-lhes o acesso a uma educação escolar específica, intercultural e bilingüe (art. 231 da Constituição Federal). A LDB reafirma tal direito (arts. 78 e 79), que se traduz também na oferta de educação escolar intercultural e bilingüe. O Conselho Nacional de Educação (CNE) reconheceu e estabeleceu normas para criação e funcionamento de “escolas indígenas” (MEC, 2001). Em consonância com esse quadro legal, o MEC realizou, pela primeira vez, o Censo Escolar Indígena em 1999, que coletou as principais informações habitualmente incluídas nos censos escolares, inclusive sobre a Educação Infantil .

Apesar de o tema educação indígena mobilizar de modo crescente a produção acadêmica em educação, a Educação Infantil aí não tem recebido destaque. Trata-se de lacuna importante e injustificável.

A Educação Infantil corresponde a 20,6% das matrículas registradas pelo Censo Escolar Indígena 1999, predominando: crianças índias (71,6%), de sexo masculino (65,5%), tendo entre 4 e 6 anos (56,4%) e em estabelecimentos públicos (98,0%). Nota-se um número significativo de matrículas em educação de crianças tendo 7 anos e mais (38,4%). Complementarmente, um percentual não-desprezível (23,1%) de matrículas de crianças com menos de 7 anos ocorre no Ensino Fundamental.

Segundo depoimentos feitos durante a Assembléia de Professores Indígenas de Roraima, em Terras de São Marcos (em 20.03.2004), nem todos os povos indígenas são favoráveis à criação de estabelecimentos de Educação Infantil para suas crianças. Temem a difusão de valores incompatíveis com sua cultura, bem como a perda da língua materna.

Portanto, o conceito de raça é bastante polêmico no Brasil contemporâneo quando se discutem políticas ou programas de ação afirmativa para negros e indígenas, tema que tem merecido a atenção da mídia nos últimos anos.





“Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros”. (Ministério da Justiça, 1996, GTI População Negra)

As desigualdades sociais e as relações raciais serão tratadas em maior detalhe na Seção 2. Porém, vale a pena lembrar que, no Brasil, o processo de classificação racial se dá pela aparência: usamos, então, a cor como indicativo de pertencimento racial. Em outros países, como nos Estados Unidos, o processo de classificação racial se dá pela ascendência, ou seja, pela origem familiar.

O vocabulário para denominação de cor no Brasil é variado, mas geralmente as pesquisas usam cinco termos para a classificação de cor/raça: branca, preta, parda, indígena e amarela. O conjunto de pessoas pretas e pardas forma o segmento racial negro. Denomina-se amarela a cor/raça de pessoas de ascendência asiática.

ATIVIDADE 4

Procure observar como as crianças com as quais você trabalha referem-se a si mesmas. E quando elas se desenham, como representam a si mesmas? Você pode levar suas observações e discutir essas questões com o seu grupo de encontro quinzenal.

Classe social

Este é um dos conceitos mais complexos das ciências sociais. Para alguns estudiosos, o conceito de classe social é usado para explicar os fenômenos sociais. Quando isso ocorre, o conceito classe social ocupa posição central na teoria. Dentre estes autores, destaca-se Karl Marx. Sua definição de classe: “As classes sociais são grupos antagônicos, em que um se apropria do trabalho do outro por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção determinado, lugar este que está determinado fundamentalmente pela forma específica em que se relaciona com os **meios de produção**”.

Outros estudiosos utilizam o conceito de classe social de modo descritivo, aplicável a qualquer sociedade humana, como sinônimo de camada social: neste caso, as classes sociais seriam agrupamentos estatísticos de pessoas com ocupação, renda e consumo. Percebe-se que esta conceituação permite situar as pessoas na pirâmide social com base na posse de dinheiro. Esta é a conceituação empregada pelas pesquisas de opinião, tão freqüentes em período eleitoral.

Uma informação importante é saber como se chega a conhecer a distribuição de renda dos(as) brasileiros(as). Essa informação, e a maioria dos dados estatísticos sobre a população brasileira (quantos somos, quantos homens e mulheres, como se distribuem as idades, qual a nossa escolaridade, qual o percentual de brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos, quantos filhos temos, onde e como moramos etc.) são obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (abreviação IBGE), que é um órgão público. O IBGE efetua periodicamente pesquisas sobre as pessoas que residem no Brasil. A pesquisa mais conhecida e usada é o **Censo Demográfico** (ver glossário), que é realizado a cada 10 anos. Os pesquisadores do IBGE vão às casas de todas as pessoas (também em residências coletivas) munidos de um questionário e efetuam à pessoa de referência uma série de perguntas. As respostas são processadas em computadores e dão origem a tabelas e outros cálculos. Se for possível, consulte os dados do IBGE pela internet (www.ibge.gov.br) ou em alguma biblioteca do seu município. Com certeza, você encontrará informações muito interessantes.

Um modo simplificado de verificar a distribuição de riqueza (ou estratos de renda) no país é agrupar as pessoas conforme sua renda em relação ao salário mínimo. As informações abaixo usaram esse critério e fazem parte da síntese dos indicadores sociais 2002 do IBGE, acessada em 16.09.2004.

71,3% das mulheres que trabalham ganham até dois salários mínimos

As informações sobre o rendimento do trabalho confirmam que as mulheres têm remuneração inferior à dos homens. A população feminina ocupada concentra-se nas classes de rendimento mais baixas: 71,3% das mulheres que trabalham recebem até 2 salários mínimos, contra 55,1% dos homens. A desigualdade salarial aumenta conforme a remuneração. A proporção de homens que ganham mais de 5 salários mínimos é de 15,5% e das mulheres, 9,2%. A diferença entre homens e mulheres permanece em todas as regiões do país. No Sudeste, 61,1% das mulheres ganham até 2 salários mínimos e, no Sul, essa proporção é de 72,0%. Entre os homens, as proporções nessas regiões são 41,8% e 49,1%, respectivamente.

Algumas tabelas neste livro, nos jornais, na TV, informam as diferenças de renda entre as pessoas, indicando quanto as pessoas recebem por mês, utilizando o salário mínimo (SM) como referência. As desigualdades econômicas no Brasil são avaliadas via distribuição de renda. Constroem-se, então, estratos de renda.

ATIVIDADE 5

Você sabe qual é o valor do salário mínimo no seu município? Você pode pesquisar e anotar no seu caderno. Pensando no conceito de estrato de renda (diferentes níveis de renda), que observações você pode fazer sobre a distribuição da renda no seu município? No encontro quinzenal, pode ser aberta uma discussão sobre este assunto.

Nossa próxima etapa é estudar mais profundamente as descrições sobre as desigualdades sociais brasileiras.

Seção 2 – Desigualdade social no Brasil

OBJETIVO A SER ALCANÇADO NESTA SEÇÃO:
– INFORMAR-SE SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS TANTO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA QUANTO NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.

As desigualdades sociais são medidas de duas maneiras complementares: (1) a renda das pessoas, entendendo a renda como o montante de dinheiro que as pessoas recebem por seu trabalho, benefícios sociais (como aposentadoria), investimento financeiro etc.; (2) o acesso que as pessoas têm a escola, moradia, água, esgoto, transporte, hospital, dentista, lazer etc., ou seja, os benefícios das políticas sociais.



ATIVIDADE 6

O pintor Candido Portinari retrata diferenças sociais em muitas de suas obras. Na pintura abaixo, Portinari mostra pelo menos duas situações de vida da população da cidade do Rio de Janeiro dos anos 30: ao fundo, vemos prédios onde vivem famílias com água encanada, luz elétrica e esgoto sanitário. No primeiro plano, temos retratada a realidade de muitos que precisam carregar latas de água, sem as condições mínimas a que teriam direito.

Imagem do acervo do Projeto Portinari.
Reprodução autorizada por João Candido Portinari.



Candido Portinari , "Morro" – 1933
Pintura a óleo/tela - 144 x 146 cm

Olhando a realidade do seu município, o que você observa? Quais as condições de vida das crianças, jovens e adultos em relação a esses direitos básicos?

O Brasil não é um país pobre, mas um país injusto, com imensa desigualdade na distribuição de renda, o que acarreta um pequeno número de ricos e um grande percentual de pobres. A porcentagem de pobres no país tem girado em torno de 30 a 50% nas décadas de 1980 e 1990, atingindo 57,1 milhões de pessoas (34%) em 2002, para uma população de 170 milhões de pessoas.

Tabela 1. Evolução da pobreza		
Ano	Porcentagem de pobres (%)	Número de pobres (em milhões)
1982	43	51,9
1985	44	56,9
1992	41	57,3
1995	34	50,2
2002	34	57,1

Fontes: IBGE (PNADs).

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – uma pesquisa anual realizada pelo IBGE para levantamento de diversas características socioeconômicas da população brasileira.

A desigualdade no Brasil não é circunstancial, mas, ao contrário, é histórica e estrutural: isto é, apesar de mudanças políticas, do aumento da população que vive nas cidades e de uma maior industrialização, persistem grandes desigualdades na distribuição de renda.

Existem várias maneiras de avaliar a desigualdade de renda de um país: uma delas é verificar qual a diferença de renda entre ricos e pobres. Comparando a renda dos 20% mais ricos do Brasil com a renda dos 20% mais pobres, chega-se a um retrato desolador: os 20% mais ricos recebem 30 vezes mais que os 20% mais pobres. Isto é, supondo que a renda média dos mais ricos seja R\$ 2.000,00 por mês por pessoa (usa-se também a expressão **per capita**), os mais pobres teriam apenas, em média e por pessoa, R\$ 66,67. A diferença é brutal!

As desigualdades sociais brasileiras apresentam duas tendências marcantes:

- *Os segmentos sociais que têm menor renda são também os que têm menor acesso aos benefícios das políticas públicas e menor participação política.*
- *As desigualdades são persistentes ao longo da nossa história.*

Indicadores de condição de vida, ou bem-estar social, como esperança de vida ao nascer (ou seja, a partir das condições socioeconômicas, que expectativa de vida tem cada criança ao nascer?), acesso, permanência e sucesso na educação, saneamento básico etc., apresentam, ao mesmo tempo, melhorias nítidas nos últimos anos para

o território nacional, porém mantêm a mesma configuração de desigualdade. Além disso, a participação política (em partidos, sindicatos ou organizações da sociedade civil) apresenta uma forte associação com a renda e a educação da pessoa. Quanto maior a renda da pessoa ou da família, quanto maior e melhor acesso ela tem à educação, mais ela participa de partidos políticos, de associações. Assim, no Brasil, a elite econômica é também elite política. Por exemplo: as profissões declaradas pelos deputados federais brasileiros da 52ª legislatura (em 2003) “são justamente as ocupações de maior rendimento (...)”, o que permite supor que “a grande maioria dos indivíduos que ocupam postos nas elites políticas, representadas pelos Deputados Federais, pertence às elites econômicas. Se as elites econômicas são também elites políticas e sociais, seu poder não se limita a gerenciar sua própria riqueza (...), tal poder estende-se também ao gerenciamento da riqueza de terceiros, inclusive os fundos públicos”. (Medeiros, 2003, p. 9)

A desigualdade social, no Brasil, apresenta forte associação com cor/raça, gênero, região fisiográfica de residência e idade do cidadão: as melhores rendas e os maiores benefícios sociais são apropriados por brancos, homens, adultos e residentes no Sudeste e Sul. Vamos aprofundar um pouco mais este aspecto da desigualdade social brasileira, discutindo como ela varia conforme o percentimento racial.

Região fisiográfica: é uma das várias regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste), parte de uma região ou Estado que guarda certas características próprias distintas das demais regiões. (www.geominas.mg.gov.br/glossario/GLOSSAR – acesso em 15.09.2004)

Desigualdade e raça

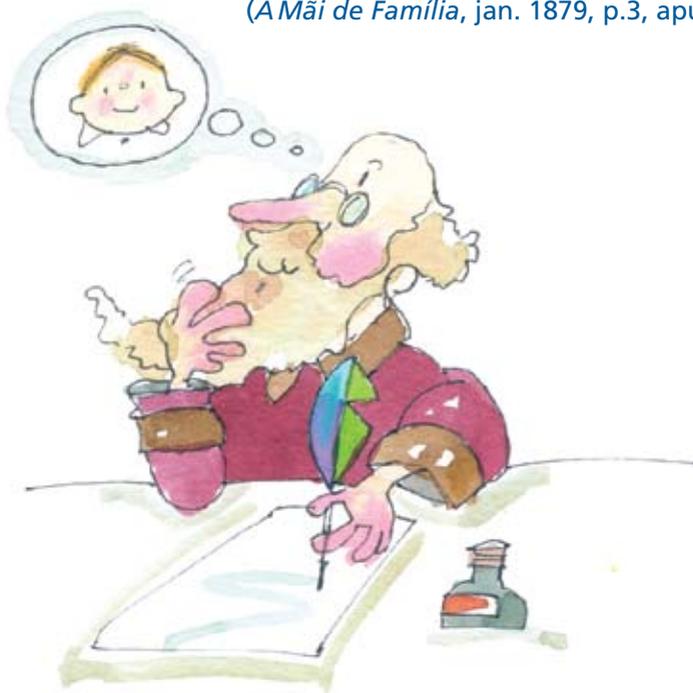
O Brasil viveu em regime escravista – escravizando negros africanos – por mais de três séculos. Fomos o último país a abolir a escravidão. Durante o regime escravista, a dominação de africanos negros estendeu-se para além de escravos, atingindo também homens pretos livres, como atesta a legislação educacional que proibia a educação escolar a ambos. Assim, a reforma do ensino de 1837 proibia “de frequentar a escola: os que sofressem de moléstias contagiosas e os escravos e os pretos africanos, ainda que livres e libertos”. (Moacir, 1939, p. 194) Durante a escravidão, os escravos eram propriedade de seus donos (os chamados senhores de escravo) e não eram cidadãos: não tinham direito de ir e vir, de estudar, de votar, de ter propriedade, entre outros.

A abolição da escravidão foi gradual e regulamentada por uma série de leis: em 1850, proibiu-se o tráfico transatlântico de escravos africanos; em 1871, conferiu-se a liberdade aos filhos nascidos de mães escravas (Lei do Ventre Livre); e em 1885, foram libertados os escravos idosos (Lei do Sexagenário); finalmente, em 1888, promulgou-se a lei geral de libertação dos escravos.

O primeiro texto sobre creche de que se tem notícia no país foi publicado na revista *A Mãe de Família*, em 1879, por um médico da roda dos expostos, Dr. Vinelli, que assim se expressou:

“A creche é um estabelecimento de beneficência que tem por fim receber todos os dias úteis e durante as horas de trabalho, as crianças de dois anos de idade para baixo, cujas mães são pobres, de boa conduta e trabalham fora de seu domicílio.”

(*A Mãe de Família*, jan. 1879, p.3, apud Civiletti, 1991)



“No Brasil ainda não existe a creche; entretanto, sua necessidade me parece palpitante, sobretudo, nas atuais condições em que se acha o nosso país depois da moralizadora e humanitária lei de 28 de setembro de 1871, em virtude da qual nele não nasce mais um escravo. Agora que, graças a iniciativa do governo e também dos particulares em não pequena escala, com a emancipação da escravatura vai desaparecendo o vergonhoso estigma que a civilização repele e abomina, um grande número de mulheres que, quando escravas, trabalhavam para seus senhores que, por sua vez, eram obrigados a lhe dar alimentação, domicílio e vestuário, a cuidar de sua saúde e da de seus filhos, ganhando liberdade, vêem-se não poucas

vezes abandonadas com filhos pequenos, que ainda mamam, sem ter quem os sustente, na indeclinável e urgente necessidade de procurarem pelo trabalho, ganhar os meios da própria subsistência e de seus filhos e em muitos casos, sem poderem consegui-lo por que a isso as impedem, como obstáculo insuperável, os filhos pequenos que elas não têm a quem confiar e cuja tenra idade não lhes permite mandá-los para a escola. Não há senhora alguma dona de casa, que ignore a extrema dificuldade senão impossibilidade que encontra uma criada, por exemplo, em alugar-se quando traz consigo um filho a quem amamenta.”

(A Mãe de Família, jan., 1879)

Após a abolição da escravidão, as relações sociais e políticas entre brancos e negros são marcadas por três processos principais, destacados a seguir:

- *O Brasil não adotou legislação de segregação racial (diferentemente dos Estados Unidos e da África do Sul), não tendo ocorrido, portanto, definição legal de pertencimento racial. Quando um país adota uma legislação racial (como o apartheid, que fora adotado na África do Sul), é necessário definir quem é branco e quem é negro. Neste caso, geralmente, a definição se baseia na origem da pessoa, em sua ascendência ou antepassados: nos Estados Unidos, se a pessoa tiver um antepassado negro, ela é também considerada negra, mesmo que sua aparência seja de branco.*
- *O Brasil, logo após a abolição, não desenvolveu política específica para integrar os negros recém-libertos à sociedade, o que fortaleceu as bases de desigualdades sociais entre brancos e negros. Por exemplo: como vimos, os escravos e os pretos libertos eram proibidos de freqüentar a escola. Apesar disso, o governo não desenvolveu nenhum esforço, nenhum programa específico para alfabetizar os negros recém-libertos. O mesmo aconteceu no plano do trabalho, da habitação etc. Após a abolição, os negros foram deixados à sorte de ex-escravo recém-liberto, isto é, sem história de cidadania.*
- *O país incentivou a imigração européia branca em acordo com a política de Estado (passagem do século XIX para o XX) de branqueamento da população, em consonância com as políticas racistas eugenistas desenvolvidas na Europa do século XIX.*

Assim, querendo branquear a população, o governo brasileiro estimulou europeus – alemães e italianos, principalmente – e depois japoneses a imigrarem para o Brasil, concedendo-lhes vantagens para que se fixassem em território brasileiro, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Tal política acarretou o aumento de percentual de brancos no país e o empurramento de populações

negras para o Nordeste, região que já apresentava decadência econômica. (Hansenbalg,1979) Hoje, o Nordeste constitui a região mais pobre do Brasil e a que apresenta o maior percentual de negros (pretos e pardos). Contrariamente, o Sul e o Sudeste são as regiões mais ricas e que contam com o maior percentual de brancos. (Tabela 2)

Tabela 2								
Composição racial e distribuição de renda por regiões fisográficas – Brasil 2001								
Regiões	Composição		até ½ SM	½ a 1 SM	+ de 1 a 2 SM	+ de 2 a 3 SM	+ de 3 a 5 SM	+ de 5 SM
	Branca	Negra						
Norte	27,9	71,8	28,7	29,5	21,2	7,4	5,4	5,0
Nordeste	29,5	70,2	37,0	28,1	17,2	5,5	4,3	4,5
Sudeste	63,5	35,8	12,1	21,8	26,6	12,6	10,5	11,6
Sul	84,0	15,5	11,9	22,1	29,2	13,1	10,4	10,8
Centro-oeste	43,8	55,4	18,1	27,6	24,4	9,5	8,0	9,8
Brasil	53,4	46,0	18,9	24,1	24,5	10,6	8,6	9,6

Fonte: PNAD 2001.

Atualmente, as relações raciais no Brasil apresentam o seguinte padrão:

- *Um sistema de classificação racial baseado na aparência resultante da apreensão simultânea de traços físicos (cor da pele, traços da face, cabelos), condição socioeconômica e região de residência. É por isso que uma pessoa que se considera branca no Nordeste (onde a porcentagem de negros é alta) pode ser considerada negra no Rio Grande do Sul (que apresenta um pequeno percentual de negros).*
- *Uma grande população preta e mestiça (não identificada como branca, mas como parda) – representando 46% da população –, o que faz com que o Brasil seja considerado o segundo país, após a Nigéria, com a maior população negra do mundo (composta por pretos e pardos).*
- *A convivência de padrões de relações raciais simultaneamente verticais, produzindo intensa desigualdade social e horizontais em que não se observam hostilidades abertas ou ódio racial, podendo acarretar convivência amistosa em determinados espaços sociais em determinadas circunstâncias.*

Esta última particularidade das relações raciais no Brasil, associada ao processo

de classificação racial baseado na aparência, acarretou a crença no mito da democracia racial brasileira. Tal mito pressupõe não apenas relações amistosas e cordiais, mas também igualdade de oportunidades para brancos e negros. Além disso, atribuem-se apenas ao passado escravista as desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros no Brasil, desconsiderando-se a discriminação racial da sociedade brasileira.

O mito da democracia racial vem sendo questionado desde os anos 50 do século passado, seja por pesquisadores brancos e negros, seja por ativistas negros especialmente ao final dos anos 70, que têm se empenhado em apontar a desigualdade racial no acesso a bens materiais e simbólicos, a interpretá-la como expressões do racismo e a propor políticas que permitam suplantá-la. Foi em 1996 que o governo brasileiro reconheceu, pela primeira vez, que o país é estruturalmente racista, tendo assumido sua dívida histórica para com os negros.



ATIVIDADE 7

No seu trabalho cotidiano com as crianças você percebe alguma atitude que demonstre expressões de racismo entre elas? E os adultos com os quais você trabalha: há demonstração de racismo entre os adultos ou destes com as crianças? Na sua escola, este assunto já foi levantado alguma vez? Como a escola lida com estas questões?

Não é por acaso que são as crianças pequenas negras e residentes no Nordeste o segmento social que apresenta o maior percentual de pobres. Também não é por acaso que os índices de mortalidade infantil são mais altos entre crianças negras. Também não é por acaso que as creches e pré-escolas em piores condições de funcionamento encontram-se no Nordeste. Estes são os assuntos da Seção 3.

Seção 3 – Desigualdades sociais, crianças de 0 a 6 anos e Educação Infantil

OBJETIVO A SER ALCANÇADO NESTA SEÇÃO:

– DESENVOLVER SENSIBILIDADE PARA APREENDER PROCESSOS DE DISCRIMINAÇÃO SOCIAL.

O Censo Demográfico de 2000 enumerou 23 milhões de crianças de 0 a 6 anos, perfazendo 13,6% da população residente no Brasil, percentual que vem diminuindo constantemente em decorrência da diminuição das **taxas de fecundidade** e natalidade: no período 1990 a 2000, a taxa de natalidade por mil habitantes caiu de 23,05 para 20,04, e a de fecundidade total de 2,70 para 2,2. As mulheres brasileiras vêm diminuindo o número de filhos.

ATIVIDADE 8

Em fotos antigas, talvez você encontre registros do tamanho da família de suas avós, mãe, e parentes próximos. Você pode arrumar essas fotos em uma folha e levar para comparar com os professores(as) da sua turma do PROINFANTIL no encontro quinzenal.

A despeito da diminuição do “peso” relativo das crianças de 0 a 6 anos na população, ou seja, na diminuição o número de crianças nessa faixa etária em relação à população total, este segmento populacional é o que vem apresentando o maior percentual de pobres e indigentes (isto é, extrema pobreza) associado aos piores indicadores sociais. (Rosemberg e Pinto, 1997)



Quando comparadas a outros(as) brasileiros(as), as crianças pequenas vivem em condições mais precárias, a saber: constituem o maior contingente de brasileiros/candidatos à assistência social, na medida em que 45,5% vivem em famílias com uma renda *per capita* inferior a meio salário mínimo; suas condições de moradia são mais freqüentemente insatisfatórias (maior número de pessoas por cômodo, sem esgoto, água encanada e coleta de lixo); são as crianças de 0 a 6 anos as que apresentam a menor **taxa de escolarização** dentre a população em idade escolar; o gasto (público e privado) com sua educação é o mais baixo do sistema educacional brasileiro; suas professoras são as que apresentam os níveis de formação escolar e profissional mais baixos e recebem

os piores salários. Lembrando (Seção 1): ocorre sempre esta associação entre mulheres e crianças: quanto menor a criança, mais baixo o salário da educadora, piores as condições de vida para a criança e de trabalho para a educadora. Nossa sociedade considera que as mulheres são naturalmente capacitadas para educar e cuidar de crianças pequenas, que educar criança na creche não se trata de uma profissão, pois não é necessária uma formação específica. É como se pensassem que qualquer mulher é mãe, qualquer mulher pode ser educadora de creche, bastando amar as crianças. Trata-se de um engano, como bem sabem os(as) profissionais de creche, pré-escola e escolas com turmas de Educação Infantil. É uma forma de justificar a redução de gasto público.

A comparação entre diferentes tipos de família que têm filhos de 0 a 6 anos indica semelhanças entre elas, pois ocupam sempre posição desfavorável quando comparadas a outras famílias que não convivem com crianças pequenas. (Saboia e Saboia, 2001) A persistência de tais indicadores sobre a posição desfavorável de famílias e domicílios em que vivem crianças pequenas “justificaria uma política nacional de apoio a essas famílias (...) Ela indica que programas dirigidos a crianças em idade escolar devem ser precedidos de programas dirigidos a crianças em idade pré-escolar”. (Saboia e Saboia, 2001, p. 45)

Apesar das conquistas legais estudadas nas outras unidades deste módulo, a baixa prioridade que a criança pequena recebe na sociedade brasileira se manifesta em suas condições de vida e morte. Assim, indicadores da qualidade de vida (como índice de mortalidade infantil e desnutrição infantil, ter acesso a registro de nascimento, a água encanada de boa qualidade, escoamento de esgoto, coleta de lixo etc.) são sempre piores para crianças pobres, negras e indígenas, residentes no Nordeste, Norte e na zona rural.

Esses indicadores de bem estar social foram discutidos na Unidade 6 do curso. Aqui discutiremos apenas o acesso à Educação Infantil.

Desigualdades na Educação Infantil

Em 2001, 10,6% das crianças na faixa de 0 a 3 anos e 65,6% na faixa de 4 a 6 anos freqüentavam algum tipo de Educação Infantil. Apesar de apresentar um crescimento intenso entre 1970 e 1990, estudos sobre a década de 1990 mostraram que a Educação Infantil foi o nível educacional que menos cresceu na década de 90. Isto é um reflexo do pouco valor atribuído à criança pequena pelos governos brasileiros.

Têm maior acesso à Educação Infantil as crianças dos melhores níveis de renda e brancas (ver Unidade 6). Porém, em decorrência do processo histórico de expansão da Educação Infantil durante os anos 1980 como estratégia de combate à pobreza, foram abertas creches, pré-escolas e classes de alfabetização improvisadas e com baixa qualidade para os pobres, em regiões pobres (favelas, periferias urbanas). Por isso, é possível encontrar em alguns estratos de renda maior percentual de crianças negras freqüentando creche e pré-escola. (Tabela 2) A mesma política de expansão da Educação Infantil para regiões consideradas “politicamente perigosas” (os “bolsões de pobreza” do Nordeste), durante os últimos anos da ditadura militar (1978-1985), acarretou um padrão específico para as **taxas de cobertura**. A região Nordeste é a que apresenta melhores taxas de cobertura em Educação Infantil para todas as crianças de 4 – 6 anos; e para crianças brancas na faixa de 0 – 3 anos. Porém, melhores taxas de cobertura da educação de crianças de 0 a 6 anos no Brasil podem estar associadas a piores indicadores de qualidade na oferta da Educação Infantil. (Rosemberg, 1999) Assim, a região Nordeste apresenta, ao mesmo tempo, maior cobertura e maior índice de professoras leigas, que recebem piores salários e que trabalham em estabelecimentos apresentando piores condições materiais (Tabela 3), inclusive saneamento básico.



Tabela 3									
Condições de funcionamento da pré-escola por região fisiográfica									
Regiões	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos que não dispõe de							
		Abastecimento de água		Energia elétrica		Parque infantil		Sanitário adequado	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Norte	6.399	902	14,1	2.348	36,7	5.719	89,4	5.448	85,1
Nordeste	39.154	4.880	12,5	12.730	32,5	34.661	88,5	33.729	86,1
Sudeste	19.754	314	1,6	1.086	5,5	10.350	52,4	10.980	55,6
Sul	11.115	38	0,3	36	0,3	5.898	53,1	6.735	60,8
Centro-oeste	4.539	40	0,9	251	5,5	2.738	6,03	2.959	65,2
Brasil	80.961	6.174	7,6	16.451	20,3	59.366	73,3	59.851	73,9

Fonte: Censo Escolar 1997 (acionado através do sistema Internet, 17/09/98), apud (Rosemberg, 1999a).

O modelo de expansão da Educação Infantil adotado em certas regiões brasileiras tem como consequência o fato de ser a Educação Infantil pública, dentre todos os níveis de ensino, aquele cuja clientela é a mais homogênea: creches e pré-escolas públicas acolhem quase que exclusivamente crianças pobres. Se isto pode ser considerado positivo, também pode ser negativo, pois ocorre segregação social e racial e não há espaço para diversidade.

Além da renda da família, região e localização da residência e cor/raça da criança, as taxas de cobertura variam muito em função da idade das crianças: as crianças de 0 a 3 anos são as que têm menor acesso à Educação Infantil. Ora, é exatamente na faixa de idade entre 2 e 4 anos que as crianças apresentam os maiores e mais persistentes índices de desnutrição. Porém, o governo federal vem repassando às creches, como auxílio alimentação, a metade do valor (já reduzido) que repassa às escolas de Ensino Fundamental (ver Unidade 6).

Percebe-se a desvalorização da educação da criança de 0 a 6 anos: ela apresenta o mais baixo custo médio anual (público e privado) por aluno do sistema educacional brasileiro. Quando se compara o custo da Educação Infantil *per capita* com o dos demais níveis de ensino, percebe-se que esta criança custou 12 vezes menos que um estudante do Ensino Superior.

Em resumo, a expansão da Educação Infantil vem sendo custeada principalmente pelas famílias, pelas educadoras (às custas do seu baixo salário), com conseqüências sobre a qualidade da oferta. Em decorrência, a Educação Infantil brasileira vem sendo custeada pela própria criança pequena, que acaba tendo acesso a creches e pré-escolas em condições pouco satisfatórias. Por que a criança pequena estaria custeando esse baixo investimento? Ela come o que lhe dão, ela brinca com o que lhe oferecem. Seu poder de crítica e recusa é pequeno (ou somos nós, professores que não escutamos o que ela diz e as críticas que ela faz?). Se esta criança fosse maior, se fosse adolescente, o que ela faria? É por isto que o custeio insuficiente da Educação Infantil é pago pela própria criança.

ATIVIDADE 9

A partir do levantamento feito na Seção 3 da Unidade 6 deste módulo, sobre as condições de atendimento na Educação Infantil no seu município, conversar com colegas de trabalho, pais, com as crianças e pessoas da comunidade sobre o que poderia ser feito para mudar a situação do atendimento oferecido às crianças de 0 a 6 anos em seu município. Anote suas sugestões no caderno para discutir com a turma no encontro quinzenal.

Seção 4 – Os desafios de uma Educação Infantil igualitária

OBJETIVO A SER ALCANÇADO NESTA SEÇÃO:
– ENCONTRAR ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR
DESIGUALDADES SOCIAIS.

A Constituição Brasileira (1988) afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Art. 5º) e que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, IV). Esta é uma meta de todos nós, pois almejamos as mesmas oportunidades para todas as pessoas. Porém, como vimos, isto não ocorre no dia a dia: algumas pessoas são mais ricas do que outras, algumas pessoas têm mais poder e prestígio que outras.



Apesar de a sociedade brasileira apresentar desigualdades persistentes (como vimos, no Brasil o percentual de pobres é o mesmo há muitas décadas), ela não é totalmente impermeável à mudança, à mobilidade social. Um exemplo marcante é a situação das mulheres, no Brasil e no mundo, que vem melhorando, tanto em termos de poder quanto de prestígio e riqueza: apesar das dificuldades cotidianas, do esforço que as mulheres têm de fazer para conciliar vida afetiva, familiar e atividade profissional e política, elas sabem mais do que sabiam suas mães e avós. São mais autônomas. Isto se conseguiu pela mobilização e atuação de mulheres nos últimos anos, nos movimentos sociais, nos partidos políticos e sindicatos, nas igrejas, nas escolas e creches e também em casa.

Outros grupos sociais, como os negros e os indígenas, têm enfrentado mais dificuldades para melhorar sua posição na pirâmide social, apesar de sua intensa mobilização social dos últimos anos, assim como vimos na Seção 2 desta unidade. As crianças, os adolescentes e os jovens são o grupo social que apresentam menor avanço, dependendo, ainda, dos adultos para terem acesso à riqueza, ao poder e ao prestígio, como vimos na Seção 3 desta unidade.

Assim, é esperançoso observar que a sociedade não é estática, é dinâmica e que sua estrutura hierárquica é produto da construção humana. Por isto, é possível imaginar mudança, agir no sentido de diminuir a desigualdade.

Para construir uma Educação Infantil mais igualitária, em primeiro lugar, é necessário não negar a desigualdade. O silêncio sobre a desigualdade é o primeiro estímulo para sua manutenção. Não podemos silenciar diante do fato de que temos preconceito. Encarar a desigualdade, a discriminação e o preconceito é dar um primeiro passo para sua superação. Quando observar expressão de racismo e machismo na sala, não “varrer para debaixo do tapete”, mas encontrar um meio para discuti-la com as crianças. Para isto, é necessário informar-se, aprender como proceder.

Para minorar desigualdades é, pois, necessário informar-se, ler, estudar, discutir, buscar diferentes pontos de vista, observar como os “outros” vivem e pensam: os que estão acima e os que estão abaixo da própria posição social. Para minorar desigualdades sociais, é necessário participar da vida política, institucional, local e nacional.

Na próxima unidade, teremos oportunidade de discutir e aprofundar alguns desses aspectos referentes à desigualdade na sociedade brasileira e também pensar em algumas atitudes para superá-las.

PARA RELEMBRAR

- As sociedades são estratificadas em termos de riqueza, poder e prestígio.
- As sociedades atribuem valor às diferenças, criando desigualdades sociais.
- As discriminações de gênero, raça e as desigualdades sociais são construções sociais, históricas e humanas e podem ser combatidas.
- O conceito de raça biológica para a espécie humana não tem sustentação científica, mas é usado para justificar desigualdades sociais.
- O Brasil não é um país pobre, mas um país desigual.
- A Educação Infantil, sua oferta e qualidade, sofre impacto das desigualdades sociais e das discriminações de gênero e raça.

ABRINDO NOSSOS HORIZONTES

As autoras Maria Malta Campos e Fulvia Rosenberg trazem vários aspectos que são fundamentais para uma política de Educação Infantil que leve em conta a qualidade desse atendimento.

Verifique na lista abaixo como a política de creche e pré-escola de seu município pode respeitar a criança. Você pode escolher pelo menos cinco itens e comparar com o trabalho desenvolvido em sua instituição de Educação Infantil e, se possível, também no seu município.

A política de Educação Infantil respeita os direitos fundamentais da criança ao levar em conta que:
- A Educação Infantil tem por objetivo educar e cuidar de crianças até 6 anos de idade.
- A Educação Infantil não está sendo usada por crianças com mais de 7 anos como alternativa ao Ensino Fundamental.
- A Educação Infantil é concebida como um serviço público que atende a direitos da família e da criança.
- A política de Educação Infantil procura responder ao princípio de igualdade de oportunidades para as classes sociais, os sexos, as raças e os credos.
- A política de Educação Infantil reconhece que as crianças têm uma família.
- A política de Educação Infantil prevê a gestão democrática dos equipamentos com a participação das famílias e da comunidade.
- O currículo de Educação Infantil respeita e valoriza as características culturais da população atendida.
- O planejamento municipal, estadual, regional e federal de ações mais gerais (saneamento, saúde, trabalho etc.) é corrente e integra-se a políticas de Educação Infantil.
- A política de Educação Infantil estimula a produção e o intercâmbio de conhecimentos.
- Há um projeto para a Educação Infantil com explicitação de metas, estratégias, fontes de recursos, mecanismos de supervisão e avaliação.
- O plano de expansão da Educação Infantil, em quantidade e localização, responde às necessidades das famílias e crianças.
- O plano para a Educação Infantil prevê, entre suas metas, a melhoria da qualidade do atendimento à criança.
- O orçamento para a Educação Infantil é suficiente para oferecer um atendimento digno às crianças e um reconhecimento do trabalho do adulto profissional.
- Os critérios para admissão de crianças em programas de Educação Infantil são democráticos, transparentes e não discriminatórios.

Fonte: Campos e Rosemberg (1997).

GLOSSÁRIO

Meios de produção: são as máquinas, as matérias-primas, as instalações, enfim, tudo o que o homem utiliza para produzir os seus bens.

Per capita: expressão latina que significa literalmente “por cabeça”, isto é, por pessoa.

Políticas racistas eugenistas: a partir da eugenia, ciência que estuda as condições mais favoráveis à reprodução e ao aperfeiçoamento da raça humana, essas políticas eram baseadas em idéias que propunham a imposição de atitudes para melhorarem as qualidades natas de uma raça.

Recenseamento ou censo demográfico: conjunto de dados característicos dos habitantes de uma localidade ou país para fins estatísticos.

Taxa de cobertura ou de escolarização: proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total da população da mesma faixa etária.

Taxa de fecundidade: número médio de filhos que teria uma mulher ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a uma determinada lei de fecundidade, em ausência de mortalidade, desde o nascimento até o final do período fértil.

SUGESTÕES DE LEITURA

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri e KRAMER, Sonia. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*. São Paulo: Contexto, 2000.

Um dos raros livros que tratam de relações raciais na educação infantil.

LIMA, Heloisa Pires. *Histórias da Preta*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, GRAAL, 1979.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Educação infantil e processos de exclusão*. Cadernos de Pesquisa, nº 107, junho de 1999, p. 7-40. Uma análise das políticas de educação infantil no Brasil contemporâneo.

ROSEMBERG, Fúlvia e PINTO, Regina P. *Criança pequena e raça*. Textos FCC, nº 13, 1997.

SABOIA, João e SABOIA, Ana Lúcia. *Condições de vida das famílias com crianças até 6 anos*.

IBGE (org): *Primeira infância*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 25-48.

